

EDITORIAL

No primeiro número do ano passado publicamos três artigos sobre "como e o que é fazer teologia hoje na América Latina e no Brasil". Julgamos oportuno continuar estas reflexões, apresentando aos nossos leitores os seguintes artigos.

Emancipação histórica e reflexão teológica. Considerações sobre a Teologia da Libertação. F. A. Pastor estuda neste ensaio teológico a possibilidade e legitimidade de uma reflexão teológica sobre um determinado processo de emancipação histórica, analisando o projeto concreto da teologia iberoamericana da libertação. Depois de estudar as origens e funções, estrutura e originalidade. O presente ensaio debate a fundamentação bíblica e dogmática de uma Teologia da Libertação. Finalmente o artigo considera a reação do magistério episcopal e pontifício sobre o problema.

Revelación, Interpretación Bíblica y Teología de la Liberación. H. Bojorge divide seu artigo em duas partes. A primeira expõe positivamente as normas hermenêuticas presentes na constituição Dei Verbum e que são inelutáveis para fundamentar uma teologia católica sobre sólidas interpretações da Sagrada Escritura. A segunda parte rastreia na história, desde a Ilustração até nossos dias, o uso que fizeram da Escritura Kant, Strauss, Renan, Engels, Kautsky e Clévenot. Estes autores fornecem exemplos paradigmáticos de um uso dos textos bíblicos arrancados do contexto da Revelação. Ambas as partes configuram um eixo de coordenadas descritivas (uma positiva e outra negativa) que permitem localizar os ensaios e as correntes concretas da Teologia da Libertação, prestando atenção especial a seus hábitos exegéticos. O autor fundamenta assim a sua discordância hermenêutica e exegética com respeito à ala sócio-político-teológica da Teologia da Libertação. A raiz da discordância é de ordem teológico-doutrinal e se localiza tanto ao nível da doutrina da Revelação, e de sua relevância liberadora, como na vigência dos fatos e dados da Revelação, tidos como princípios de toda a tarefa teológica, e que não podem ser substituídos por dados e fatos não revelados, como pontos de partida da Teologia.

? Exegesis liberadora ? - M. A. Barriola, por sua vez, examina a hermenêutica bíblica de um autor concreto entre os que sustentam a Teologia da Libertação: L. Segundo.

Na primeira parte de seu trabalho analisa o ponto de partida proposto para uma "exegese libertadora". E pergunta: Basta uma

opção comprometida ou a própria situação histórica para interpretar cabalmente a Escritura? Não teria esta sua própria consistência?

Num segundo passo, procura mostrar como uma premissa parcializada condiciona o acesso à Bíblia, que será usada sem respeito aos contextos próximos e remotos, com a única finalidade de acomodá-la às decisões tomadas antes de escutar o que Deus propriamente nos diz em sua revelação normativa.

Em terceiro lugar, descobre a mentalidade historicista que se esconde atrás desta hermenêutica, segunda a qual não fica muito claro como o Deus da revelação bíblica seja também o "Senhor da História".

O quarto e último ponto examina a imagem de um "Deus comprometido" com a libertação, que parece reduzir unilateralmente a representação total que sobre Deus nos dá a Bíblia.

L. I. J. Stadelmann aborda em seu artigo "**O Direito e a Justiça no Antigo Oriente Médio**". O estudo comparativo sobre o direito e a justiça vigentes entre os povos do antigo Oriente Médio mostra as coordenadas dentro das quais estas civilizações antigas evoluíram. No início, as unidades sociais não passavam de mera aglomeração de clãs, que viviam em certa auto-suficiência e independência moral e social, coalescendo, a seguir, numa sociedade organizada, onde cada cidadão tinha sua ocupação especializada e sua função como membro de uma comunidade. Ele se beneficiava da cooperação dos concidadãos e estava ligado a eles por meio de uma lei comum. Originariamente, essa lei pode ter sido imposta aos membros da comunidade pela vontade arbitrária de um de seus representantes, que se apoiava no poder da espada, ou pode representar concessões mútuas pelas quais os cidadãos se submetiam ao regime em vista do bem comum. Enquanto a realização do bem comum era tarefa de todos os cidadãos, a implantação do direito e a promoção da justiça constituía o dever principal dos detentores do poder.

La Compañía de Jesús como ámbito de libertad y escuela de formación para la libertad. D. Gil faz nesta nota considerações sobre a importância da Companhia de Jesus como lugar teológico privilegiado para os jesuítas, a fim de se tornarem homens livres e libertadores.

A Graça Libertadora, apresenta algumas reflexões de C. L. Bins sobre o livro de Leonardo Boff: "A Graça Libertadora no Mundo". Reconhecendo os valores, deste estudo, questiona, principalmente, a maneira como o autor interpreta a realidade central do cristianismo: a inabituação trinitária nos justos e a filiação divina dos homens.